

Medidas não vão passar intactas

O presidente Fernando Collor foi informado ontem por líderes de partidos aliados ao governo que as últimas medidas provisórias – 294 (desindexação da economia) e 295 (preços e salários) – dificilmente serão mantidas intactas no Congresso Nacional. Segundo o relato dos líderes do bloco majoritário na Câmara, deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP), Collor já admite emendas às PMs. “O presidente está disposto a aceitar os ajustes necessários para aprovar o plano”, disse Fiúza depois do almoço no Palácio do Planalto. “Ao contrário do primeiro plano, o presidente Collor não fez nenhum apelo para que as medidas fossem aprovadas sem mudanças”, contou o deputado Arnaldo Faria de Sá. Durante o encontro de ontem, foram os deputados que fizeram pedidos ao presidente.

Faria de Sá reclamou do tratamento que os parlamentares governistas vêm recebendo do presidente do Banco do Brasil, Alberto Pollicino, que se recusou a discutir a reabertura de agências do banco com os políticos. O deputado pediu ainda que os ministros antecipassem suas agendas nos estados, para que os parlamentares pudessem promover encontros com suas bases eleitorais. “São medidas para ajudar a tramitação das medidas provisórias”, justificou Faria de Sá.

Ricardo Fiúza informou ao presidente que, ao contrário das 147 medidas provisórias editadas desde o início do governo, as duas últimas seriam relatadas por parlamentares que apóiam o Executivo. Isso, porém, não evita mudanças nas medidas. (A.E.)